

# ACÇÃO PRINCIPAL É ACÇÃO MILITAR

— Jacinto Veloso falando em Maputo no seu regresso de Pretória

N. 4/10/1984

«Creio que não pode haver dúvida de que a acção principal, que conduz à normalização da vida do nosso povo, é a acção militar das Forças Armadas de Moçambique (FPLM), disse ontem o Major-General Jacinto Veloso, no seu regresso

P.: Sr. Ministro, pode resumir esta última fase das negociações com o Governo sul-africano?

J. V.: Esta fase das negociações, que terminámos, inscreve-se na continuação das conversações que temos tido nestes últimos meses, inscreve-se no espírito do Acordo de Nkomati, para a sua integral aplicação.

Trabalhámos intensamente com o Governo da África do Sul, para encontrarmos formas de cessar a violência e estabelecermos a paz e estabilidade no nosso País. Por outro lado, o Governo da África do Sul trabalhou também com a chefia da organização, que leva a cabo actos de violência e banditismo armado no nosso País. Temos a registar que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Roelof Botha, em representação do seu Governo, empenhou-se activamente na busca de soluções que visam cessar rapidamente os actos de violência em Moçambique, e isto é um ponto positivo que apreciamos favoravelmente.

P.: Como decorreram as conversações? Houve alguma hipótese de elas fracassarem?

J. V.: Naturalmente que, quando se discutem assuntos bastante delicados e complicados, em que muitas forças intervêm, há sempre problemas, avanços, recuos, há momentos em que a solução positiva está próxima, há outros em que o fracasso está próximo. Nós tivemos essas situações todas mas neste momento as coisas indicam uma saída positiva.

P.: Que resultados práticos se obtiveram destas negociações?

J. V.: No campo específico da segurança física das pessoas e dos bens, registámos essencialmente o facto de a chefia da organização que leva a cabo acções de banditismo organizado, acções violentas, acções de todo o tipo desestabilizadoras da vida da

sociedade, a chefia desse grupo, dizia, reconhece que é necessário parar rápida e incondicionalmente os actos de violência e terrorismo no nosso País. Reconhece ainda a autoridade legítima do nosso Estado e Governo e aceita participar numa comissão com o Governo sul-africano para a implementação rápida destas decisões.

Naturalmente que os resultados pró-

de Pretória. Veloso falava a jornalistas no Aeroporto do Maputo, após três dias de conversações em Pretória com o Governo sul-africano. Eis, na íntegra, as declarações do Ministro na Presidência para os Assuntos Económicos:

seguimento destas acções de violência.

P.: O Senhor Ministro vê estas negociações como o factor principal da luta contra o banditismo em Moçambique ou como complemento da acção no terreno?

J. V.: Estas negociações que temos levado a cabo com o Governo sul-

duz à normalização da vida do nosso povo é a acção militar levada a cabo no próprio terreno das operações pelas Forças Armadas de Moçambique (FPLM) que com determinação, com coragem e abnegação, todos os dias, hora a hora, neutralizam focos de banditismo. E esta acção é vital até ao momento em que os bandos cessarem definitivamente a violência.



Jacinto Veloso, na conferência de imprensa que deu após o seu regresso a Maputo. (Foto de Kok Nam)

licos do trabalho desta comissão só se manifestarão no processo do seu funcionamento.

Considero que um aspecto positivo deste exercício todo é o facto de se ter dado oxigénio ao espírito do Acordo de Nkomati, que vem sendo em várias ocasiões debilitado pelo pros-

-africano não são de maneira nenhuma a acção principal. São um aspecto do nosso combate para pararmos a violência, para neutralizarmos os elementos que desenvolvem essa violência, para criarmos a paz e estabilidade. Creio que não pode haver dúvida de que a acção principal que con-

E cessarão porque as evidências os levarão a cessarem por decisão própria, ou porque nós os neutralizaremos completamente na acção e no terreno.

P.: Esta tarde, já depois de fazer a declaração do seu Governo, o Minis-

tro Roelof Botha disse que a África do Sul estava disposta a enviar tropas para Moçambique para apoiar a implementação desta declaração. Este assunto já foi discutido?

J. V.: Não. Eu também ouvi isso já quando vinha de viagem para Maputo. Este assunto não foi discutido e portanto o único comentário que eu poderia fazer é que se o Sr. Ministro Botha disse isso é porque ele está disponível para essa eventualidade. Mas esse assunto não foi discutido.

P.: O Senhor Ministro reitera declarações anteriores de que Governos de outros países poderiam participar na aplicação de uma amnistia em Moçambique?

J. V.: Naturalmente que ao aplicar-se uma amnistia haverá a necessidade de um certo apoio material e outros tipos de actividade e assistência. Haverá necessidade desse apoio extra para a integração de pessoas que desistem e se entregam, que reconhecem a sua acção negativa e criminosa, e se comprometem a não voltarem a esse tipo de acção. Aí é necessário um certo apoio, mas não só. Ele será também necessário para as populações que têm sido vítimas do banditismo, do terrorismo organizado. Neste aspecto, a África do Sul está disponível para apoiar e sabemos também de outros países ocidentais que já se ofereceram para contribuir neste programa de integração.

P.: Pode dizer quando é que vai sair a lei da amnistia?

J. V.: Neste momento não posso dizer. A lei da amnistia está decidida mas a sua aplicação, legislação, etc., naturalmente está dependente de todo o processo em curso e da decisão final do nosso Estado.

P.: Foi definido algum prazo para que esta comissão aplique os resultados práticos destas conversações?

J. V.: A comissão já foi estabelecida, e o que está escrito e o espírito que existe é que deve funcionar muito rapidamente mas sobretudo deve atingir resultados positivos que cimentem no sentido de se atingir esses objectivos, o mais rapidamente possível.